

VISÃO DO CORREIO

Juros e inflação em alta: ameaças para a economia

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de elevar a taxa básica de juros da economia em um ponto percentual não será suficiente para conter a inflação no curto prazo, mas terá efeito imediato sobre os investimentos produtivos. Isso porque o ajuste na Selic, adotado de forma unânime, chega no momento em que os preços dos combustíveis estão sendo reajustados e vão pressionar os preços para os consumidores. A pressão dos combustíveis e dos alimentos deve aumentar as projeções de inflação para este ano. O último Relatório Focus do Banco Central (BC) mostra que o mercado financeiro subiu de 5,08% para 5,50% a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que vai estourar o teto da meta para este ano, que é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto para mais (4,5%) ou para menos (1,5%).

Com esse cenário e o provável aumento no valor do diesel pela Petrobras, o trabalho do BC praticamente não terá efeito sobre o controle de preços no curto prazo e será necessária nova alta na taxa básica para ver a efetividade da escalada dos juros no combate à inflação, deixando em aberto a possibilidade de um terceiro aumento em 2025, com a taxa chegando a mais de 15% ao ano, no maior patamar em quase 20 anos. Ainda assim, caso os preços não cedam, os diretores do BC terão que puxar os juros mais ainda, o que será mortal para o PIB, cujas projeções devem começar a ser reduzidas nos próximos dias.

Esse ciclo vicioso poderia ser amenizado com uma decisão mais firme do governo federal, no sentido de buscar corte de gastos que sinalizem equilíbrio nas contas públicas, que serão fortemente afetadas com a alta da Selic. No comunicado após a decisão, o Copom ressalta que acompanha com atenção os aspectos da política fiscal que impactam a política monetária

e os ativos financeiros, considerando que a percepção dos agentes econômicos sobre a questão fiscal e a sustentabilidade da dívida segue pesando de forma relevante sobre os preços dos ativos, o que indica que, além dos preços dos alimentos, o regime fiscal também influencia na inflação.

Esse é um quadro que tende a se perpetuar e obrigar o BC a elevar mais vezes a taxa de juros, sufocando a economia e afetando a capacidade de pagamento das famílias brasileiras. E, nesse caso, ajuda pouco o governo e partidos da base atacarem o aumento de juros, eximindo a responsabilidade do atual presidente da autoridade monetária, Gabriel Galpão. Menos ainda o governo ficar batendo cabeça e gastando tempo em encontrar uma forma de reduzir os preços dos alimentos.

Mais do que buscar soluções mirabolantes para reduzir preços, o governo precisa buscar formas de equilibrar as contas públicas. O presidente resiste em cortar gastos sociais. Então, é preciso que determine outras ações que possam surtir efeito sobre as contas públicas, como combate efetivo à sonegação de impostos, que, apenas neste primeiro mês do ano, soma quase R\$ 50 bilhões. Dinheiro que deixa de ser arrecadado por ineficiência da máquina pública.

Sem um ajuste do governo nas contas públicas, a tarefa do BC no combate à inflação pode ser como enxugar gelo. E, nesse caso, a elevação dos juros a patamares praticados há 20 anos vai desacelerar ou até mesmo frear a economia, com impacto sobre a arrecadação de impostos, agravando a necessidade de corte de gastos. Caso não atue agora para equacionar as contas públicas, sinalizando para o mercado medidas que efetivamente tragam confiança aos investidores, o governo pode ser forçado no futuro a realizar o corte mais drástico, sob pena de a economia caminhar para crescimentos mais baixos ou mesmo uma recessão.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Combustível

É compreensível que todos estejam perplexos e apavorados com os preços dos combustíveis e seus seguidos aumentos. E, segundo a Petrobras, ainda vão subir mais. Nos valores atuais, gasolina, diesel, gás e álcool contaminam toda a economia e empurram a inflação para níveis não vistos desde o início do Plano Real, em 1994. Mas não se resolverá esse problema por meio de decretos ou de arroubos políticos. A estrutura de preços dos combustíveis é, hoje, muito confusa, o que permite que prevaleça um jogo de empurrar entre os federados e a Petrobras. Tanto a União quanto os estados têm nos combustíveis uma importante fonte de arrecadação. Com tantas despesas para bancar, rejeitam abrir mão de receitas. A Reforma Tributária aprovada com o intuito de reduzir os encargos sobre os derivados do petróleo, pelo visto, não vingou. O problema é que não há disposição efetiva por parte dos governos federal, estaduais e municipais, de levar essa discussão adiante. Todos reconhecem os problemas, mas preferem continuar usufruindo de um sistema que pune sempre empresas e consumidores.

» **Renato Mendes Prestes**
Águas Claras

Verdade

Leio em Blanchot (1907-2003) que o reino da possibilidade é o da linguagem como poder, e que a outra relação é o pensamento da impossibilidade, a paixão pelo fora, fora de tudo e, principalmente, de poder. O poder, desidratado de verdade, é o conselheiro que não aconselha. Revela-se como um sujeito que impulsiona apenas por suas palavras, assumindo, diante da sociedade, uma espécie de grandeza subalterna. Na maioria das vezes, a verdade está subordinada aos interesses do poder ou da classe dominante, que consideram-se os donos da verdade. Quem ousa desafiar os são tidos como radicais, subversivos, entre outros termos. A falta de compromisso com a verdade deve ser sempre desestimulada. Não podemos deixar que a verdade fique em poder de pequenos grupos econômicos que destroem as esperanças de milhões de indivíduos. Dessa forma, surge a necessidade de democratizar a verdade, nosso bem público maior, eticamente falando. Todos nós devemos ter uma participação mais intensa na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e harmoniosa.

» **Marcos Fabrício Lopes da Silva**
Asa Norte

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Ibovespa, juros, dólar e inflação. Aí estão os números mágicos da popularidade.

Marcos Gomes Figueira — Águas Claras

Marina Colasanti, uma das grandes escritoras brasileiras, deixa um grande legado literário e poético.

Uma escritora que se vai é um livro que se emoldura na estante do existir! Luz e paz!

José Ribamar Pinheiro Filho — Asa Norte

Após cerca com a Bolívia, Milei ameaça remover feminicídio do código penal da Argentina. A imitação da loucura.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Preservação de área verde

Parabeno o engenheiro florestal César Victor do Espírito Santo, pelo seu sugestivo artigo *Florestas urbanas e a iminente destruição de um bosque no Gama*, publicado pelo **Correio Braziliense** (24/1). No texto, ele enfatiza que "florestas existentes em perímetros urbanos, naturais ou plantadas, são essenciais para a boa qualidade de vida das populações que vivem nas cidades". É por isso que, nós, moradores, do Setor QNL de Taguatinga, defendemos com unhas e dentes nossa área verde situada entre a quadra QNL 1 e a QNL 7. Vez ou outra, políticos querem mudar a destinação da área para a construção de edifícios de apartamentos. Não aceitaremos tal insanidade. Trata-se de um espaço utilizado pela comunidade para caminhada, corrida, ciclismo e jogos de futebol. Como diz o autor do artigo, "árvores são para serem plantadas e cuidadas, e não derrubadas".

» **Euripedes Alves Barbosa**
Taguatinga

Cinemateca

Parabéns pela matéria a propósito da cinemateca de Brasília, publicada e redigida pela Isabela Berrogain (Correio, de 30/01). Acho que a ideia pode se fortalecer se ficar mais claro que será uma instituição de Brasília, como foi muito bem colocado no lead, como é, por exemplo, a de São Paulo, a mais conhecida. Como está, não agrega nem desenvolve, porque fica parecendo que é coisa só do e para o nosso saudoso amigo Vladimir Carvalho, que tem todo o merecimento, mas que me relatou (depois de ler o meu livro *Foi só um tiro*, que trata da invasão da UnB, em 1968, assunto que ele também tratou no seu filme *Barra 68*). Segundo ele, essa personalização estava gerando energia negativa ao propósito original, inclusive inveja de outros cineastas etc. — coisa normal, muito comum no nosso maravilhoso Brasil (risos). Quero sugerir que, na próxima reportagem, vocês procurem agregar outras pessoas e instituições de Brasília, como a Confraria dos Cidadãos Honorários de Brasília, que eu presido, o Instituto Histórico, a Academia de Letras etc., a fim de fazer que fique mais interessante para a iniciativa da instituição mais forte de Brasília, o governo distrital, que pode ser o realizador do sonho dele, que é o que mais importa para todos nós.

» **Wilson Wander**
Taguatinga



ROBERTO FONSECA
robertofonseca.df@dabr.com.br

Um perigoso retrocesso

A proposta do governo de Javier Milei de excluir o crime de feminicídio do Código Penal na Argentina é um retrocesso perigoso, e os desdobramentos precisam ser acompanhados com atenção por nós, brasileiros, sob o risco de inviabilizar o combate à violência de gênero.

Com o argumento de que não há motivo para diferenciar homicídios de mulheres e homens, a gestão Milei ignora uma triste realidade. Nossos vizinhos registraram, em média, uma morte a cada 32 horas e 48 minutos no ano passado — em números absolutos, foram 267 feminicídios em 2024.

O primeiro ponto a destacar é que, em comparação com o Brasil, a Argentina se mostrou pioneira. Desde 2012, três anos antes do que nós, o crime de feminicídio está tipificado na legislação portenha. Se a ideia de Milei avançar, nossos vizinhos estarão ao lado de Cuba e Haiti como os países da América Latina que não criminalizam a violência de gênero.

O segundo é que é mais um capítulo na escalada de Milei contra o direito das mulheres. Semana passada, em Davos, durante o Fórum Econômico Mundial, o presidente argentino disse que a figura do feminismo "legaliza de fato que a vida de uma mulher vale mais que a de um homem".

Idolatrado pela direita no Brasil, principalmente por conta da condução da economia, Milei vê no feminismo uma espécie de "distorção da igualdade". Mas uma pergunta necessária e que precisa ser feita é: ignorar o assassinato de mulheres não seria uma distorção da realidade?

Retirar o feminicídio do Código Penal terá um impacto imediato, apontam especialistas. Tornará o crime menos visível e, ao mesmo tempo, enfraquece a luta por justiça e políticas públicas eficazes.

Fechar os olhos para essa questão significa legitimar a barbárie. A luta contra a violência de gênero é uma responsabilidade de todos. Abandoná-la em nome de uma suposta neutralidade jurídica é, no mínimo, um ato de negligência criminoso.

No Brasil, temos avançado na legislação, e não podemos deixar essa onda argentina chegar por aqui. Reforçar políticas de proteção às mulheres, fortalecer canais de denúncia e investir em educação para a igualdade de gênero são os caminhos a serem trilhados.

Sabemos ainda que o machismo enraizado na sociedade brasileira é um dos focos que precisam ser combatidos com urgência. A misoginia existe e deve ser atacada sempre. Se um amigo faz um comentário machista, critique. Não tenha medo de tentar reconfigurar a mente das pessoas.

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara E se mais mundo houvera, lá chegara"
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

VENDA AVULSA

Localidade SEG/SÁB DOM

DF/GO R\$ 5,00 R\$ 7,00

Assine

(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8945 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anúncio

Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

ASSINATURAS*

SEG a DOM

R\$ 899,88

360 EDIÇÕES

(promocional)

S.A. CORREIO BRAZILIENSE - Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioswh.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFE Agência Estado e DA Press. Tel: (61) 3214-1131



DA Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br